

## HISTÓRIA E FICÇÃO: DESCONSTRUINDO AS “MARIAS” A PARTIR DAS PERSONAGENS MARIA BONITA E MARIA MOURA

Prof. Dr. José Adilson Filho<sup>1</sup> (UEPB e FAFICA)  
Pós-graduanda Livia Silva Manoel<sup>2</sup> (FAFICA)

### **Resumo**

Tendência a construir mitos, a cristalizar verdades ou a hierarquizar posições é típica da sociedade humana em suas relações de poder e saber. Tal realidade ocorre com a dualidade “masculino-feminino”. Diante disso, o presente texto visa, primeiramente, problematizar o estereótipo da mulher “Maria”, historicamente construído a partir da figura da “santa mãezinha”, isto é, da dona-de-casa submissa e reprodutora; para em seguida, vislumbrar na vida real e sob a pena do escritor, enredos de lutas e resistências tecidas por mulheres das camadas populares no século XIX e meados do século XX, épocas dominadas pelo patriarcalismo. Maria Moura, personagem criada por Rachel de Queiroz e Maria Bonita – esposa de Lampião – foram às figuras femininas escolhidas para pensarmos as possibilidades e os limites do protagonismo da mulher perante uma estrutura rígida e autoritária.

**Palavras-chave:** História, Ficção, Gênero.

### **1. História e ficção: diálogos entrelaçados**

As fronteiras que separam a história e a ficção têm se tornado cada vez mais tênues, o que permite um entrelaçamento mais complexo e criativo entre o vivido e o imaginário. Isso acontece pelo fato de que tanto a literatura quanto a história vivem constantemente dialogando e se apropriando das ferramentas uma da outra. Embora haja proximidades e afinidades, ambas, obedecem a regras que as definem e as legitimam como campos de saber específicos.

A ficção, apesar de tomar a história como fonte de inspiração para a criação dos seus enredos, possui uma liberdade e uma ubiquidade com relação ao tempo e ao espaço que o historiador jamais possuirá. A história-conhecimento fala de um tempo e de um espaço datado, com homens e mulheres reais, assumindo um compromisso mais enfático com a ciência e a ideia de verdade. A história, ao contrário da literatura, tem uma identidade ambivalente, já que insiste em viver no entre-lugar, ou seja, entre a arte e a ciência (WHITE, 2001). Mesmo com essas diferenças, ambas possuem profundas afinidades eletivas, na medida em que se constituem antes de tudo como narrativas ou linguagens que adotam certos estilos e convenções linguísticas.

De acordo com BARTHES (1977, p.18) “a literatura assume muitos saberes”, dentre eles o histórico. Nesse sentido, a história tem servido de fonte para o escritor parodiar a vida real com seus personagens e enredos.

A história e a literatura estão atadas as durações e temporalidades vividas pelo historiador e

pelo escritor, portanto, traduzem de um jeito singular formas de sentir, pensar e agir. Esta irmandade entre história e ficção pode ser observada ainda nos debates e diálogos acerca de questões significativas, tais quais: identidades, sexualidades, sensibilidades e representações; reforçando ou desconstruindo arquétipos e valores que estão presentes no contexto social.

## **2. (Des) Construindo as “Marias”**

As questões de gênero, sempre ou quase sempre, estiveram voltadas às relações de poder, desde as formas de assujeitamento da mulher à resistência desta em busca de sua emancipação. A luta pela desconstrução dos mitos sobre a mulher prescinde de uma leitura crítica sobre os saberes e poderes que as aprisionam.

Somos herdeiros de uma tradição sociológica que trata a mulher como essencialmente desinteressada e irrelevante aceitando como necessário, natural e profundamente problemático o fato de que, em toda a cultura humana, a mulher de alguma forma é subordinada ao homem. (ROSALDO e LAMPHERE 1979, p.33)

Os valores da sociedade decorrem da história que, por sua vez, fora controlada pelos homens. Logo, a mulher teve que subordinar-se a este. Essa forma de dualizar as relações entre o masculino e o feminino está presente desde os tempos imemoriais. A bíblia judaico-cristã afirma que “Deus tira uma costela do homem e coloca na mulher. O homem agradece a Deus e ensina a nova humana tudo que ele já sabia” (AYALA, 1993). A partir deste enunciado, nota-se que o processo de normatização da mulher se deve desde o início dos tempos, tendo forte influência das atividades religiosas, que demarcavam a função da mulher na sociedade, estabelecendo regras para seus corpos e suas almas, sujeitando-as ao ambiente doméstico.

Os corpos femininos passam a ser silenciados, tornando-se um receptáculo da procriação. Todavia, algumas mulheres souberam tirar proveito desta condição sobre os homens, que sentem seu “poder” falocêntrico, às vezes, relativamente “ameaçado”, pois segundo DEL PRIORE (2009, p.15) “a gravidez, o parto e os cuidados com os filhos magnificavam a mulher, incitando-a a recolher-se ao privatismo da casa e, por conseguinte, faziam-na *sócia do processo de ordenação colonial*” (grifo nosso). Assim sendo, a mulher exercia importante papel na procriação, fator muito valorizado na época do Brasil Colônia e no Brasil Império.

O misto de mistério que circundava o corpo feminino, tornava a mulher “o santuário do estranho”, obrigando o homem iniciar o processo de “adestramento” desta, através do estereótipo da “santa-mãezinha”, que articulado a outros mecanismos, passou a fazer parte do processo civilizatório na implantação do sistema colonial. Afirmando-se a partir do discurso da filosofia grega que assimila as representações do corpo feminino “a uma terra fria, seca, a uma zona passiva,

que se submete, reproduz, mas não cria; que não produz nem acontecimento nem história” (PERROT, 2003, p. 20), o masculino colocava-se como “o sopro criador”.

Nas fases colonial e imperial, o “adestramento feminino” se deu a partir do discurso vindo da Metrópole e dos princípios moralistas da Igreja Católica, restringindo o papel da mulher a instrução e a educação da prole. Isso se deu com base nos paradigmas do cristianismo, além disso, ela deveria cuidar com presteza dos afazeres domésticos e ser submissa ao marido. De acordo com os ensinamentos da igreja, a sexualidade feminina devia ser completamente banida, pois a única finalidade da cópula era a procriação.

Com a cristianização ocidental, no período de pré-reforma, surgiu a ideia de “eleger um modelo ideal de mulher para implantar, com sucesso, a família e a fé católica na colônia” (DEL PRIORE, 1989, p.20), sendo assim, o corpo feminino passa a ser visto como figura de especulações, tornando-o parte integrante de um processo de assujeitamento que inibe sua sexualidade e molda sua maneira de pensar e agir, levando a uma imagem errônea de sua aparência.

A igreja e os padres reafirmavam que a mulher é associada ao pecado, dessa maneira, o homem deveria se defender desta. Para reverter esse estigma, era necessário que fosse construído um novo estereótipo feminino, a “mulher modelo”, a “Maria”, a “santa”, a edificadora dos lares. É dessa maneira que passa a ser construída a feminilidade no contexto sociocultural do Brasil. A mulher passa a ser educada para desempenhar a função materna e realizar as chamadas “prendas domésticas”. Vale ressaltar que essa vida era destinada as que tinham “sorte”, pois as que não eram privilegiadas com esse destino, geralmente viúvas ou as moças das classes subalternas, deveriam arrumar uma maneira para ganhar dinheiro para o sustento e para cuidar da educação da numerosa prole.

Dessa forma, a exigência de uma união matrimonial que atendessem aos interesses do Estado e da Igreja era reservada às elites, deixando as mulheres das classes subalternas a mercê de relações ilícitas, como o concubinato e a prostituição. Lembrando que, estas relações eram tidas como contrárias às leis da Igreja e do Estado, as mulheres que eram destinadas a comportamentos tidos como “inaceitáveis” na sociedade, eram condenadas e perseguidas. Pois, para tais autoridades, a constituição de relações maritais baseada no adestramento de corpos e normatização do papel da mulher soava mais vantajoso.

Em meio às tensões de domesticação e de práticas ilícitas exercidas na época, as mulheres passam a incutir as vantagens que teria o matrimônio, visto que, através dele, estas teriam maior “proteção” do que em quaisquer outras experiências alternativas, pois a mulher só passava a integrar a sociedade se constituísse família e tivesse participação na vida espiritual. Foi assim, que as mulheres começavam desenvolver suas estratégias de poder, como uma forma de resistir às

explorações que eram submetidas; então, astuciosamente, aliavam-se a instituição que restringia seu valor e as vitimava, porque só assim, poderiam encontrar proteção nos tribunais eclesiásticos. Fazer parte desta “família legítima” e convencional implicava para elas numa forma de tirar “maior proveito” caso houvesse o rompimento do casamento.

As mulheres começam a articular suas primeiras formas de “emancipar-se”, pois mesmo reconhecendo a autoridade masculina, elas passam a dirigi-la para seus próprios interesses (ROSALDO, 1979). Aos poucos, as mulheres foram conquistando seu espaço e afirmando-se como sujeito. A partir daí, as relações de gênero começam a passar por modificações na sociedade, tecendo relações de poder mais visíveis. Nesse contexto, nota-se que a historicidade das relações de gênero e suas modificações são resultados das tensões e das lutas individuais e coletivas envolvendo homens e mulheres, classes e grupos sociais em diferentes épocas e lugares.

Vale lembrar que para conquistar seu espaço, a mulher, gradativamente, foi desconstruindo o estereótipo da “santa mãezinha”. Para isso, muitas figuras femininas deram o primeiro passo, transgredindo as normas da sua época, no entanto, muitas dessas histórias foram negligenciadas durante décadas. No sertão nordestino brasileiro não foi diferente, muitas foram às mulheres que buscaram um destino oposto ao colocado pela sociedade, mas por viverem em um meio que era dominado pelos falocratas, foram intituladas “mulheres macho”. Para compreendermos esse debate tomaremos as personagens Maria Bonita (histórica) e Maria Moura (ficcional).

### **3. Outras Marias: outras histórias**

Quando se pensa no sertão nordestino, a imagem que surge em nossa mente é a de um povo sofrido, vítima da seca e da miséria, dominado por um misticismo medieval. Esta representação é sedimentada na maioria das literaturas regionais e muitas vezes até na pintura e na música (ALBUQUERQUE JR,1994). Outra temática bastante lembrada ao se falar nessa região é o cangaço, tendo como destaque a figura de Lampião. Histórias com estas narrativas conquistam espaço nos variados âmbitos da sociedade, recebendo destaque nos cinemas, nas universidades e até mesmo em grandes redes de telecomunicação, no entanto, pouco se tem falando sobre a figura feminina nesses espaços e sobre a influência que estas exerciam nestes contextos.

Dando ênfase a figura feminina no cangaço, destacaremos Maria Bonita, pois vale lembrar que após o ingresso desta no cangaço, outras mulheres passaram a ser aceitas nesse meio que, antes, era dominado apenas por homens. Porém, ainda são poucos os estudos preocupados com a presença feminina no cangaço e com o protagonismo exercido por essas mulheres nesse universo. Observemos Maria Bonita, mulher que transgrediu os valores da sociedade da época, abandonando um casamento contemplado por brigas e separações, que acontecera enquanto ainda era adolescente,

para embrenhar-se na caatinga, deixando uma vida aparentemente pacata e “segura”, para torna-se “fora da lei”.

Maria Gomes de Oliveira, “a Maria Bonita”, nasceu em 08 de março de 1911, dia e mês que mais tarde, por outros motivos, viria a se tornar o dia Internacional da Mulher. Mas o que nossa Maria teria em comum com aquelas mulheres que em 08 de março de 1857 foram carbonizadas em uma fábrica de tecidos em Nova Iorque? Dentre alguns fatores, podemos destacar o desejo de emancipar-se e o fato de lutarem por uma igualdade de direitos sociais e culturais, além do respeito às diferenças.

Nesse contexto, podemos afirmar que Maria Bonita foi muito mais que a mulher de Lampião, ela abriu as portas do cangaço para outras mulheres, rompeu com os valores culturais que prendiam a mulher ao espaço doméstico e privado. Ao escolher viver ao lado de Virgulino, o Lampião, deixa para trás o estereótipo da “Maria” e passa a construir sua própria história, recriando uma mulher que substitui “a representação dominante da dona-de-casa insignificante e negligenciável, oprimida e humilhada, pela de uma mulher popular rebelde, ativa e resistente” (PERROT, 1992, p. 172), que abandonou costumes e tradições, “ferindo” assim, a coisa mais sagrada da sociedade da época: a honra da família. Esta Maria ao invés de cuidar do lar e de uma numerosa prole, passa a ser protagonista de sua história como uma figura errante, bandoleira, destoante do modelo e papéis convencionais de mulher.

Maria Bonita, ao deixar o arquétipo da “santa mãezinha” para trás, abre mão, também, de dedicar-se a filha que tivera com Lampião, Expedita (única sobrevivente em meio aos inúmeros abortos que tivera), uma consequência da dura vida no cangaço. Desse modo, sua filha passa a ser educada por amigos, ela não a viu crescer e poucas foram às vezes que tivera contato com a filha. Será que foi fácil para Maria Bonita abandonar o estereótipo da “Maria”? Por causa de sua atitude, uns lhe traçaram o perfil de heroína, como a que quebrou paradigmas; outros a chamam de adúltera ou de usurpadora, pois deixou de lado os valores da sociedade da época, caracterizando-se como uma figura do “mal”.

Os motivos que a levou seguir o cangaço, não se sabe ao certo: Será a paixão pelo cangaço ou por Lampião? Ou será, ainda, o desejo de emancipar-se e fazer suas próprias escolhas? Essas questões não podem ser respondidas com exatidão, mas o que podemos afirmar é que a vida dessa mulher guerreira não foi fácil, inúmeros foram os limites e os desafios que esta precisou ultrapassar, além de desenvolver estratégias para driblar certas situações. Esta Maria se sobressai sobre as demais de sua época, não por querer ser símbolo do feminismo, algo difícil naquele contexto, mas por acreditar numa causa e ser protagonista de uma história feita exclusivamente por homens fortes e viris.

Vale lembrar que mulheres estereótipos de guerreiras e rebeldes, sempre ou quase sempre, povoaram o imaginário social, desse modo, a ficção, como a arte que se apoia na história e em outras áreas do conhecimento, como inspiração ou ponto de partida para criar suas obras, não poderia deixar de representar esse tipo de figura feminina. Sendo assim, para estabelecer uma comparação com nossa personagem histórica, tomemos a personagem Maria Moura, criada por Rachel de Queiroz, que assim como Maria Bonita, representa o desejo de emancipação do feminino.

Maria Moura é uma personagem criada por Rachel de Queiroz, na obra Memorial de Maria Moura. Essa personagem é uma jovem que ao tornar-se órfã, senti na pele todo o sofrimento que tal condição lhe impõe; a partir daí, passa a lutar de modo singular por sua liberdade e, como consequência, termina assumindo a posição de líder de um bando de jagunços em pleno sertão nordestino.

Rachel de Queiroz, nessa obra não poderia deixar transparecer as características que marcam seu estilo literário, tais como: a crítica social e criação de personagens femininos marcantes e atemporais. Essas características podem ser confirmadas no contexto em que a obra é narrada e através da postura da personagem que para se emancipar em um contexto histórico dominado por homens. Maria Moura usa de algumas estratégias, dentre as quais podemos destacar o fato de *se outrar*, isto é, apropriar-se da alteridade masculina, como pode ser observado na fala da personagem, apresentada no seguinte trecho da obra:

Eu enfiei a calça de Pai (...). Aqui não tem mulher nenhuma, tem só o chefe de vocês. Puxei o cabelo que me descia pelas costas, feito uma trança grossa; encostei o lado cego da faca na minha nuca e, de mecha em mecha fui cortando o cabelo na altura do ombro. Agora se acabou a sinhazinha do Limoeiro. (QUEIROZ, 2005, p. 87)

Esse trecho mostra a necessidade de emancipação feminina no contexto histórico da época, no entanto, a personagem o faz a partir de sua masculinização, pois partindo de um conceito psicanalítico “o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho” (BEAUVOIR, 1949, p. 72). Nesse sentido, para conquistar seu espaço e tornar-se líder de um bando predominantemente masculino, a personagem sentiu a necessidade de se colocar como “igual”. Essa característica a diferencia de Maria Bonita, pois mesmo transgredindo seu tempo, esta o faz na condição de mulher, com suas vaidades e feminilidades.

No início do enredo, Maria Moura, representa o perfil da mulher “ideal”, a sinhazinha que vive com o pai e a mãe, tem uma herança, um dote. No entanto, após se tornar órfã, assume outra postura, contrariando o estereótipo feminino proposto pela sociedade, tornando-se líder de um bando restritamente masculino em pleno sertão nordestino, por volta do ano de 1850 (ano em que é retratado o enredo). Enfatizando que “a mulher, nos anos de 1859, só teria um papel benéfico na

história se estivesse dentro do casamento, cumprindo a função materna” (DEL PRIORE, 1989).

Ao *se outrar*, Maria Moura, ao contrário das “Marias” da época, toma uma postura que vai de encontro com os valores sociais do século XIX, pois esta, ao contrário de Mariaval (outra personagem do enredo), sua prima, não anseia casar-se para não ter um homem liderando sua vida e sua herança. Para isso, ela assume uma postura máscula, torna-se líder de um bando de cangaceiros e constrói a “Casa Forte”, assim chamada, por ela, sua morada, pois além de ser o lugar de seu refúgio, era também uma espécie de banco e cadeia, o que materializava seu poder numa sociedade restritamente patriarcal, transgredindo assim seu “destino de mulher”.

É perceptível, ao longo da narrativa que a personagem, desde criança tinha anseios diferentes para sua vida, como pode ser observado na seguinte fala: “meus sonhos de menina não eram sonhos de mocinha” (QUEIROZ, 2005, p. 90). A partir dessa fala, percebe-se que Maria Moura não queria para si o destino de sua mãe ou o destino da mulher “Maria”. A personagem ao perceber que o padrasto (com quem teve um caso, após a morte da mãe) queria se apropriar de suas terras e de sua vida, usa da sua sensualidade para convencer Jardimino, seu criado, a assassinar seu padrasto Liberato; depois da morte de Liberato ela usa estratégias como a “fragilidade de uma moça órfã” para convencer João Rufo, outro criado e seu protetor, a matar o autor do crime do padrasto, realizando assim uma queima de arquivo.

Além de romper com a estrutura sociocultural, a personagem direciona o rumo da sua vida; ao se sentir ameaçada resiste e ataca, indo de encontro aos valores reservados para a mulher “Maria”, valores estes reconhecidos pela personagem no seguinte trecho: “Mulher, pra homem /.../, só serve pra dar faniquito. Pois, comigo eles vão ver. Se eu sinto que perco a parada, vou-me embora com meus homens, mas me retiro atirando” (QUEIROZ, 2005, p. 46). Nesse trecho, percebe-se ainda, a resistência da personagem para conquistar seu lugar de sujeito, pois como afirma Foucault (1988) “onde há poder, há resistência”, e é a partir dessa resistência a personagem se coloca como sujeito e rompe com os tabus da sociedade do século XIX.

Para tornar-se líder de um bando de cangaceiros, a Dona Moura, como era chamada por eles, precisou se apropriar de estratégias de poder que desafiaram os “poderes” da sociedade (clero e Estado), representados na obra através da figura do delegado; para isso ela constrói a imagem de uma mulher fria, estratégica e determinada. Ao construir sua alteridade, a personagem afirma-se como sujeito, estabelecendo uma relação de poder, pois todos temiam e respeitavam a Dona Moura da Casa Forte. O desejo de exercer o poder, por parte da personagem é notável em sua fala quando esta afirma: “Eu gosto de ser senhora deles (*refere-se a seus jagunços*). Eu gosto de comandar: onde eu estou, quero o primeiro lugar” (QUEIROZ, 2005, p. 206).

A partir do discurso de Moura, é visível que a personagem sente a necessidade de liderar, ter

“o primeiro lugar” em qualquer esfera espacial em que esteja, no entanto, para isso, ela conta com o apoio de seus caboclos, que são todos do sexo masculino, os quais por ambicionarem terras e aventuras, deixam-se “dominar” numa estratégia de assegurar as vantagens que a Dona Moura poderia oferecer a eles. Através desse jogo de poderes, percebe-se a concepção foucaultiana de poder quando este afirma que “o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder” (FOUCAULT, 2004, XIV).

Nesse contexto, é possível afirmar que o poder exercido é percebido sob as mais variadas direções, visto que ambos os sujeitos se beneficiam dessa relação, pois segundo FOUCAULT (2004, XIV) “nada está isento de poder (...) ele está presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças.” Desse modo, as personagens Maria Moura e Maria Bonita se articulam, pois ambas, a sua maneira, apropriam-se da alteridade do outro para “emancipar-se”. No entanto, diferente de Maria Bonita, Maria Moura ao incorporar o “outro”, faz jus a um discurso que projete sua imagem: “Vou prevenir a vocês (*refere-se a seus jagunços*): comigo é capaz de ser pior do que com cabo e sargento. Têm que me obedecer de olhos fechados. Têm que esquecer que sou mulher – pra isso mesmo estou usando estas calças de homem” (QUEIROZ, 2005, p. 86).

Mesmo se apropriando de um discurso másculo e uma postura viril, a personagem não perde traços de sua feminilidade, pois usa de sua sensualidade para conquistar o que deseja, quando lhe é propício. Ela faz isso com Jardimino, seu criado, quando quer que este mate seu padrasto, acontecimento mencionado anteriormente. Além de usar de sua sensualidade feminina quando lhe era devido, Maria Moura, também sente o desejo de ter um homem ao seu lado, algo que pode ser comprovado no seguinte trecho da obra: “acho que não nasci para essa vida que arrumei pra mim. Sozinha, sem um homem /.../ Toda mulher quer ter um homem seu /.../também queria ter um homem me exigindo, me seguindo com um olho cobiçoso, com ciúme de mim, como se eu fosse coisa dele” (QUEIROZ, 2005, p. 205-206). Esse discurso é consequência dos valores sociais oriundos do patriarcalismo, que afirma que “os homens dominam as mulheres” (TOURAINÉ, 2006, p.81) e mulher só serve para cuidar do marido e dos filhos.

No desfecho da narrativa, a Moura, consegue realizar suas aspirações de liberdade, poder e amor, através da figura de Cirino, filho de um fazendeiro que paga a ela para protegê-lo na Casa Forte. É através de Cirino que a rudeza da personagem é enternecida quando esta se vê apaixonada por ele, fazendo-a algumas vezes pensar em entregar tudo que era dela para ele – “a casa, a fazenda, os homens, o comando de tudo, ficar sendo só a mulher dele” (QUEIROZ, 2005, p.399), mas diante desses “delírios de fraqueza”, ela se questionava: “ele não me quer a mim, eu não sou bonita, não sou nova, nem ao menos me visto de mulher, ou tenho jeito de mulher. O que ele quer em mim é a Moura, a calça de homem, o chicote, a força!” (op.cit., 2005, p.399). E Maria

Moura, não estava enganada, pois o louro conquistador (Cirino) a trai por ambição.

Nesse contexto, a protagonista da narrativa, encontra-se em um conflito existencial, de um lado está a “Maria Macho” que quer vingança pela traição de Cirino e do outro a “Maria-Maria” completamente apaixonada por ele, o que a deixa fragilizada. Depois de muito conflito interior, entre o amor e o poder, a Moura decide mandar matar Cirino, por quem estava apaixonada, optando assim, pelo poder. Ele vivo ameaçava todo o respeito e temor construído sobre ela, pois a deixava vulnerável. Mesmo diante do desejo de amar, ser amada e de constituir família, ela busca refúgio no poder para suprir essas carências, que seriam reflexos da sociedade e que, de certa, forma haviam sido instalados em seu íntimo pela figura materna.

O fato da narrativa está em primeira pessoa, remetendo-nos a um narrador personagem, ou melhor, a narradores personagens, pois podemos ver a história sobre vários ângulos; além disso, é possível, ainda, ter acesso aos pensamentos das personagens. Ao analisarmos a Moura, personagem principal, é possível notar que à medida que ela se traveste “perde” sua feminilidade, desenvolvendo personas para ocultar seus medos, suas angústias, suas paixões e seus desejos.

Maria Moura, assim como Maria Bonita, transgride as leis do Estado, quando passa a pertencer a um bando de cangaceiros e aventureiros destemidos que adentram o sertão nordestino cometendo crimes. Dessa maneira passam a contrariar a genealogia do poder patriarcal, que as colocava como a parte “frágil” do corpo social.

## **Considerações finais**

Jogando com a história e a literatura, buscamos forjar uma interpretação do protagonismo feminino em contextos históricos, notadamente, assujeitadores do corpo e da alma das mulheres. Valendo-se de dois personagens: Maria Moura (ficcional) e Maria Bonita (histórico), tentamos mostrar através da rebeldia, como algumas mulheres das camadas populares tentaram romper com as rígidas estruturas morais e sociais que as submetiam ao silêncio do espaço doméstico.

As personagens destoam da média das mulheres inscritas nas paisagens cristalizadas do patriarcalismo nordestino, justamente por representarem a diferença e a descontinuidade. São linhas tortas tecendo nos limites do possível, outras histórias e tramas do feminino. Elas caminham da margem para o centro, cruzando, diluindo e às vezes demarcando fronteiras estabelecidas. Essas personagens, ensinam-nos os limites e as possibilidades das mulheres no seu desejo de liberdade e de autoafirmação. Mesmo submersas pelo peso das estruturas, elas protagonizaram a diferença na História, daí terem sido mulheres comuns que se tornam extraordinárias.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Cortez/Massangana, 1994.
- AYALA, Waldir. **História da Criação**. Rio de Janeiro: Memórias Futuras, 1993.
- BARTHES, Roland. Aula. Trad. de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Trad. de Sérgio Milliet. 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.
- DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidade e Mentalidades do Brasil Colônia**. São Paulo: UNESP, 2009;
- \_\_\_\_\_. **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004
- PERROT, Michele. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- MATTOS, Maria Izilda e SOIHET, Raquel. (Orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- ROSALDO, Zimbalist e LAMPHER, Louise (orgs.). **A Mulher, a Sociedade, a Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- TOURAINE, Alain. **O Mundo das Mulheres**. Trad. Francisco Moras. Petrópolis: Vozes, 2007.
- WHITE, Haiden. **Ofardo da História**. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.

1

---

<sup>1</sup> **José Adilson Filho, doutor em sociologia**

Leciona na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA)  
[adilsonfilho.clio@bol.com.br](mailto:adilsonfilho.clio@bol.com.br)

<sup>2</sup> **Livia Silva Manoel, aluna do curso de especialização no Ensino de Língua Portuguesa**

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA)  
Professora da rede municipal  
[liviamanu.lt@hotmail.com](mailto:liviamanu.lt@hotmail.com)